

1 Ata da Primeira Audiência de Consulta Pública da Revisão do Plano Diretor Participativo de
2 Palmas realizada em 08 de junho de 2016 no Centro de Convenções Arnald Rodrigues

3 A audiência foi aberta às 9:00 com a formação da mesa de honra com palavra de abertura do
4 Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação José Messias de Souza, que iniciou
5 dizendo que estamos iniciando um processo de revisão do Plano Diretor Participativo de
6 Palmas com o objetivo de discutir, organizar e planejar o crescimento de nossa cidade. Disse
7 ainda que o Plano Diretor Participativo é um instrumento de discussão e manifestação da
8 vontade popular sobre a ocupação e destinação dos espaços urbanos. Disse também que
9 teremos muitos dias de trabalho, discussões e embates e desejou que ao final desse tempo
10 tenhamos construído propostas que reflitam nosso empenho em tornar nossa cidade um
11 melhor lugar pra todos. Agradeceu ao Prefeito de Palmas Carlos Amastha pelo apoio e
12 liberdade que oferece à comissão para trabalhar com liberdade a revisão do Plano Diretor.
13 Reafirmou ainda que o interesse privado em nenhum instante vai sobrepor ao interesse
14 coletivo e desejou um bom trabalho a todos. Em seguida teve a fala o Vereador Iran Gomes,
15 que falou em nome da Câmara de Vereadores, afirmou que defendem e apóiam um trabalho
16 exitoso desta Comissão e de toda a sociedade, pedindo que trabalhem com muita paixão pela
17 cidade. Em seguida teve a fala o Secretário de Governo Adir Gentil, representando o Prefeito
18 de Palmas, falou em seu nome e em nome do Prefeito que toda a equipe da Prefeitura estará a
19 disposição apoiando para que seja construído um documento que reflita os desejos do povo de
20 Palmas. Às 9:28 a palavra foi dada ao vereador Iran Gomes, nesse ato representando a Câmara
21 de Vereadores de Palmas. Às 9:33 a palavra foi passada ao Secretário Adir Gentil, nesse ato
22 representando o Excelentíssimo Senhor Prefeito de Palmas Carlos Amastha. Às 9:40 foi
23 apresentado o Plano de Trabalho da Revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas pelo
24 Coordenador de Projetos do Instituto de Planejamento Urbano de Palmas – IPUP -Marcos
25 Vinicius Bazon. Nessa apresentação foi esclarecido o que é o Plano Diretor, tempo máximo
26 legal para revisão do mesmo, metas de trabalho e fases do processo de revisão. Foram
27 apresentados os Eixos Temáticos para a revisão do Plano Diretor, sendo essas: Eixo 1 - Meio
28 Ambiente e Mudanças Climáticas; Eixo 2 - Desenvolvimento Territorial e Eixo 3 –Fiscal e
29 Governança. Foi apresentado ainda todas as fases e audiências públicas que deverão ocorrer
30 no decorrer do processo de revisão até que a Lei seja elaborada e levada à Câmara de
31 Vereadores para aprovação. A apresentação terminou às 10:13. Em seguida, às 10:14, foram
32 chamados para proferir palestra sobre legislação municipal os Promotores de Justiça Katia
33 Chaves Gallieta e Pedro Geraldo Cunha de Aguiar. A Promotora Katia Gallieta fez três
34 recomendações para o processo de revisão, sendo essas: primeira - que as atividades
35 propostas na revisão do Plano Diretor sejam integradas às ações do orçamento municipal;
36 segunda - que a mobilização comunitária garanta efetivamente a participação popular,
37 observando que dos presentes na audiência, poucos são parte da população em geral de
38 Palmas; terceira - que o processo de revisão não seja usado em campanha política nas eleições
39 municipais, afirmando que, se necessário, será recomendado que as audiências públicas sejam
40 paralisadas durante o período de campanha eleitoral. Às 10:24 o Promotor Pedro Geraldo
41 Cunha de Aguiar iniciou sua fala reforçando as recomendações da Promotora e reforçando
42 sobre os princípios a serem seguidos para tal revisão, sendo esses: publicidade, eficiência,
43 moralidade e impessoalidade. O Promotor observou que vários artigos da atual Lei do Plano
44 Diretor não foram implementados e recomendou que esses sejam analisados para verificar a

45 possibilidade de serem reaproveitados na Lei que será elaborada com a atual revisão. A
46 apresentação dos Promotores finalizou às 10:33. Em seguida foi dada a palavra ao Presidente
47 do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação, Administração de Imóveis e
48 Condomínios Residenciais e Comerciais do Tocantins, Reinaldo Fais, que apresentou o Plano de
49 Comunicação aprovado pela Comissão do Plano Diretor, o qual tem intuito de recolher
50 sugestões da população em geral para a elaboração da revisão do Plano Diretor. A
51 apresentação finalizou às 10:41. Em seguida foi chamado o Presidente do IPUP, o Arquiteto e
52 Urbanista Ephim Shluger para abrir as mesas de debate com o público. O Presidente iniciou
53 explicando o trabalho que tem sido realizado pelo IPUP para a realização da revisão do plano
54 direto e ressaltou as dificuldades do planejamento na cidade de Palmas devido à sua grande
55 extensão e vazios urbanos. Abrindo a palavra do público, o participante Diego tomou a palavra
56 querendo saber sobre o site de comunicação, como funciona e se haverá prazo para perguntas
57 e sugestões a serem feitas pela população. Reinaldo Fais respondeu dizendo que todos podem
58 participar e cada fase terá um período para que possam fazer suas perguntas e sugestões. Em
59 seguida o participante Matozalem Santana, Arquiteto e Urbanista, tomou a palavra
60 ressaltando a importância da participação popular e afirmou que a população é incrédula
61 quanto a política e participação popular na elaboração das Leis. Sugeriu revisão da metodologia
62 para dar publicidade para a população sobre a importância da participação nas audiências
63 públicas, como por exemplo divulgação nas escolas para conscientização das crianças. Em
64 seguida Selman Alencar, Engenheiro Agrônomo, mostrou-se preocupado com o eixo meio
65 ambiente, salientando que além do meio ambiente rural, a Prefeitura tem que se preocupar
66 com o meio ambiente urbano. Outra preocupação do participante é a "especulação urbana",
67 se mostrando contra o projeto do aeroporto internacional de cargas, afirmando ser um projeto
68 "megalomaniaco" e oneroso para os cofres públicos. Em seguida Bazzoli, Professor da
69 Universidade Federal do Tocantins, afirmou que além da mobilização para a revisão estar com
70 falhas, o Plano de Comunicação também tem falhas e que o desenho deste Plano deve ser
71 revisto para atender os públicos que têm que participar da ação de revisão do Plano Diretor. O
72 professor sugeriu ainda a diversidade de horário para a publicação e a realização das
73 audiências para possibilitar a participação da população que não pode participar em outros
74 horários. Outro participante, que não se identificou, falou da preocupação com a bacia de
75 Taquarussu que está sendo degradada por bairros e loteamentos, devido ao desmatamento,
76 ocasionado a diminuição do volume de água da bacia. Este apelou que outras entidades
77 ambientais, além da Prefeitura, possam intervir a esse respeito. O participante Rui Bucar,
78 Jornalista, questionou sobre qual instrumento Palmas terá para intervir sobre esse assunto.
79 Voltando a fala para a mesa, Ephim Shluger esclareceu ao participante que a lei que será
80 elaborada atuará sobre essa questão. Marcos Vinicius Bazone respondeu sobre o
81 posicionamento do Arquiteto Matozalem Santana, afirmando que o estatuto das cidades é uma
82 lei jovem e que com isso os processos de revisão e as metodologias também são jovens e que
83 Palmas irá aperfeiçoar seus processos de revisão. Sobre a sugestão de mobilização das escolas,
84 este afirmou que iniciou essa ideia com a comissão do Plano Diretor e que o material está sendo
85 aperfeiçoado para que isso ocorra. Marcos Vinicius Bazone esclareceu ainda que o Plano
86 Diretor não é a única lei a se tratar do assunto, que a cidade possui leis complementares que
87 irão tratar mais especificamente de todos os assuntos abordados na Lei do Plano Diretor.
88 Ressaltou ainda que a população não deve participar somente da elaboração do Plano
89 Diretor, mas também de sua execução ao longo dos dez anos. Marcos Vinicius Bazone falou

90 ainda Sobre as colocações do participante Selman Alencar, afirmando que atitudes serão
91 tomadas a respeito do assunto pontuado por este e salientou que é de suma importância as
92 sugestões da população e que suas observações serão levadas em consideração na elaboração
93 das leis. Sobre os questionamentos a respeito da questão do meio ambiente levantadas,
94 EphimShlugerafirmou que as ações de todas as secretarias terão impactos sobre a questão do
95 meio ambiente na cidade de Palmas. Falou sobre a preocupação com as queimadas existentes
96 na cidade e que a legislação tem que agir a respeito do assunto. Lembrou ainda sobre o
97 programa Palmas Sustentável que visa, dentre outros assuntos, a garantia da qualidade do ar
98 na cidade de Palmas. Reinaldo Faisafirmou que as audiências serão realizadas no período
99 noturno e aos fins de semana para garantir interação com a sociedade.EphimShlugersugeriu o
100 fechamento do painel e a abertura de outro painel de perguntas e sugestões. Eurijan Martins,
101 representando os produtores rurais da Associação Assis Galvão, cumprimentou a mesa e
102 agradeceu a atenção que tem recebido da gestão, em seguida esse falou sobre a proposta do
103 anel viário que está sendo projetado para o percurso dos Ayrenys e trecho da saída de
104 Taquarussu até o Ceasa. Ele afirmou que os produtores rurais dessa região não acham
105 interessante o projeto, pois vai tornar suas áreas que atualmente são rurais em áreas urbanas
106 e sugere que o projeto seja adiado por pelo menos mais dez anos, oque ira possibilitar uma
107 continuidade da produção desses produtores rurais. Afirmou ainda que há uma comissão já
108 formada para discutir com o Secretário Jose Messias de Souza sobre o assunto. Fernando
109 Rezende, que afirmou ser ex vereador de Palmas, exPredidente do Sindicato das Empresas de
110 Compra, Venda, Locação, Administração de Imóveis e Condomínios Residenciais e Comerciais
111 do Tocantins,e é empresário do ramo imobiliário, lembrou que em 2003 foi discutido pelo
112 então IPUP a expansão da área urbana do município de Palmas, a qual foi cancelada em 2007,
113 o participante considera o cancelamento como um erro. Este afirma que essas áreas
114 auxiliariam no controle da ocupação irregular de áreas rurais.Afirma ainda que existem pelo
115 menos 15 mil famílias irregulares no município de Palmas. Solicita ações a respeito do controle
116 de ocupação através da transformação de áreas que hoje são rurais em áreas urbanas ou de
117 contenção urbana. Voltando a palavra para a mesa, EphimShlugeragradeceu as colocações e
118 afirmou ser de grande importância para as discussões. Jarbas da Associação dos Deficientes
119 Visuais do Estado do Tocantins, perguntou sobre oque a prefeitura esta observando daLei
120 Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência –LBI - a respeito da mobilidade na cidade de
121 Palmas. Afirmou ainda que a falta da participação da população se dá pela falta de
122 entendimento da população sobre o assunto e sugeriu audiênciastodos os anos, com intervalo
123 de um ano, mesmo após a revisão do Plano Diretor a fim de esclarecer para a população em
124 que fase está a implementação das decisões. Este reclamou ainda sobre a falta de semáforos e
125 calçadas para a população que anda a pé. O participante Walter Borges lembrou que
126 participou no ano de 2007 das discussões da redução do perímetrourbano do município de
127 Palmas, questionou sobre a quantidade de loteamentos existentes em Palmas sem Infra
128 estrutura e que parte da população compra terrenos ilegais por falta de condições financeiras
129 de comprar os regulares. Lembrou da proposta da área de contenção apresentada pelo ex
130 Presidente do IPUP, Luiz Massaru, para as áreas de contenção de 8 hab/ha, parabenizando a
131 Prefeitura pela idéia, pois considera viável para o controle urbano do município. Sugeriu a
132 criação do agente ambiental pela Prefeitura para atuar na fiscalização das áreas
133 rurais.Lembrou que a Lei 468/1994proíbe o loteamento de áreas menores de 30 ha e sugeriu
134 que isso seja modificado por considerar prejudicial. Outro participante, que se identificou

135 como membro do Comitê das Bacias Hidrográficas do entorno do Lago e Mineradores de Areia
136 e Seixo do Rio Tocantins, afirmou que os mineradores depois da formação do lago têm que
137 utilizar dragas para realizar a mineração e que foram contemplados apenas com a área norte
138 do lago, sugerindo que eles possam retirar material de portos não somente nessas
139 áreas. Ephem Shlugers solicitou que todos preenchessem as fichas de inscrição para que possam
140 ser contatados posteriormente. Mubert Fulmagali, Arquiteto e Urbanista, funcionário da
141 Prefeitura de Palmas, afirmou que a atual revisão é justamente para rever o que não foi feito do
142 plano anterior, lembrou que a Lei do Plano Diretor não traz a obrigatoriedade de se cumprir o
143 que o Plano traz e que a Lei tem que obrigar que as próximas gestões tenham que cumprir
144 o que foi elaborado. Falou também sobre a falta de acessibilidade das vias públicas de Palmas.
145 Germana colocou que é fundamentação compreender a importância do Plano Diretor e do
146 processo de revisão do Plano. Afirmou que a conscientização nas escolas a respeito do Plano
147 Diretor é projeto da Prefeitura. Afirmou ainda que é o momento de se perguntar o porquê
148 alguns artigos do atual plano diretor não foram implementados. Parabenizou a equipe da
149 prefeitura pelo trabalho na revisão do Plano Diretor. (verificar fala para
150 corrigir). Ephem Shluger finalizou a primeira etapa da audiência às 12:08, convidando os
151 participantes a retornarem às 14:00 para a continuação dos trabalhos. Para finalizar a etapa da
152 reunião teve a palavra do Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação José Messias de
153 Souza agradecendo a participação de todos e convidando para participação na Conferência das
154 Cidades, a ser realizada no dia 29 e 30 de junho de 2016. Às 14:30 retornaram os trabalhos,
155 iniciando com a Palestra Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, proferida pela Professora da
156 Universidade Federal do Tocantins Márcia de Camargo. Na palestra foi apresentado dados
157 sobre impactos ambientais e sua relação de aumento da temperatura ambiental e perda de
158 áreas verdes. Foi apresentado detalhes sobre o processo que ocasiona o efeito estufa e ilhas
159 urbanas de calor. Apresentado o Mapa de mudanças de climáticas no Brasil até 2100 e justifica
160 porque tratar deste assunto na revisão do Plano Diretor. Foi explanado a necessidade da
161 mudança de paradigma para a urgência de "soluções verdes". Foi reafirmada pela palestrante
162 a necessidade de ser realizado isso agora, considerando as estruturas verdes existentes para
163 criar a sustentabilidade urbana, considerando manejo de áreas verdes, sistemas hídricos e
164 todos os demais aspectos relevantes, não só sendo considerado o sistema de arborização ou
165 ajardinamento. Apresenta o Plano de Ação de Palmas e destaca que o trabalho deverá ser
166 realizado em conjunto, ou seja, desde a coleta e tratamento de lixo a compra de equipamentos
167 ambientalmente menos impactantes. Objetivo é buscar sustentabilidade ambiental, mas isso
168 não depende só da Prefeitura mas de todos nós. Plantar ideias e árvores para daqui 15 anos
169 ter uma cidade mais sustentável e uma cidade verde, melhorando a qualidade de vida de
170 todos. A palestra foi finalizada às 14:58. Às 14:59 é iniciada a apresentação da palestra Política
171 Fiscal e Governança pelo Superintendente de Planejamento Orçamentário e Modernização
172 Administrativa da Prefeitura de Palmas, Eron Bringel. Ele afirmou que a revisão do Código
173 Tributário do Município de Palmas tem como objetivo ajustar e equilibrar a situação dos
174 tributos cobrados. Apresentou que foi implantado um programa chamado Qualidade do Gasto
175 Público, procurando ajustar os gastos. Afirmou que a política fiscal tem três funções básicas: a
176 estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a realocação de recursos. Afirmo
177 também que o Código Tributário do Município de Palmas tenta ditar regras de forma
178 equitativa para recolher os tributos. Informa que 80% de quem deve para o município está
179 concentrado em 50 pagadores, bem como que em 2012 o município dependia 60% de repasse

180 do governo Federal, agora, somente 35% depende dos repasses federais. A principal da
181 receita é o ISSQN, em segundo o IPTU. Foram tomadas várias medidas desde 2013. Pode-se
182 citar em 2015, entre essas medidas o início da cobrança do IPTU progressivo, mutirão de
183 negociação fiscal, início do processo licitatório para o processo de modernização
184 administrativa tributária – PMAT, entre outros. Termina a palestra às 15:33. Às 15:35 inicia a
185 palestra sobre Desenvolvimento Territorial, proferida pelo Arquiteto e Urbanista Lúcio
186 Cavalcante Milhomem, funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de
187 Palmas. Às 15:43 a palestra foi interrompida por falhas técnicas relacionadas à energia elétrica,
188 retornando às 15:48. O palestrante explanou sobre as leis vigentes pertinentes às questões
189 urbanísticas de Palmas. Afirmou ainda que a redução do perímetro urbano realizada em 2007
190 foi uma decisão acertada, tendo em vista a extensão do município de Palmas, a questão
191 fundiária e os vazios urbanos existentes nesse município. Explanou sobre a nova proposta de
192 expansão urbana que ocorreu em 2012. O palestrante falou sobre a necessidade de “conhecer
193 o município” em seus aspectos positivos e negativos, vocações e vulnerabilidades, dentre
194 outros. Explanou sobre o “tripé” utilizado pela Prefeitura de Palmas para promover o
195 desenvolvimento sustentável, sendo esses: ordenamento do uso do solo, transporte público e
196 sistema viário. O palestrante chamou a atenção para o fato de que Palmas atualmente ocupa
197 bem mais território do que o planejado no início de seu projeto de urbanístico, isso com uma
198 população de menos 300.000 habitantes. Demonstrou em fotos os vazios urbanos das áreas
199 centrais de Palmas em contradição com o aglomerado urbano da região sul. Mostrou ainda a
200 qualidade e a organização dos condomínios fechados “murados” em contradição com a
201 situação da população em geral, com destaque para a parcela da população que vive em
202 loteamentos irregulares. Lembrou a situação fundiária do setor Taquari, que força da justiça
203 teve grande parcela de sua área retornadas aos proprietários originais. Lembrou ainda que a
204 região Luzimangues, pertencente ao município de Porto Nacional, não foi considerada na
205 revisão de 2007, pois o loteamento ainda não existia oficialmente, mas que este deve ser
206 considerado na atual revisão, pois o perímetro de Luzimangues já tem quase a mesma
207 extensão da área urbana de Palmas e influencia diretamente na capital. Mostrou o
208 levantamento realizado no ano de 2012 sobre loteamentos irregulares e áreas públicas
209 ocupadas irregularmente, inclusive no distrito de Taquarussu que conta com várias áreas
210 públicas ocupadas irregularmente. Em seguida, retornando brevemente às discussões do
211 período da manhã, afirmou que loteamento em área rural com características de loteamento
212 urbano é irregular de acordo com a lei 6766/79, seja qual for a fração. Explanou sobre o
213 loteamento irregular Lago Norte, situado na região norte da cidade, demonstrando em imagens
214 de satélite a aceleração da ocupação comparada de 2007 para 2016. Através de imagens de
215 satélite mostrou também os loteamentos irregulares na região que dá acesso ao município de
216 Aparecida do Rio Negro, afirmando que são mais de 50 loteamentos nessa situação. Sugeriu
217 que os participantes acessem o site da prefeitura e olhem o caderno técnico sobre o assunto.
218 Encerrou às 16:19. Em seguida foram chamados os técnicos da Prefeitura de Palmas Cláudia
219 Fernanda Pimentel, Lúcio Cavalcante Milhomem e Eron Bringel, bem como a professora Marcia
220 de Camargo para compor a mesa de debates. O participante Deibson, Engenheiro Civil,
221 representando o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins –
222 CREA - iniciou afirmando que o grande desafio da revisão do Plano Diretor são os vazios
223 urbanos e a questão das áreas rurais com influências urbanas, exemplificando as áreas às
224 margens da TO 050, sugerindo a elaboração de legislação específica para essa área para que

225 possa ser ocupada de forma ordenada. O participante Fernando Rezende perguntou ao
226 Superintendente EronBringel sobre as razões que levaram a Prefeitura de Palmas a negativar,
227 protestar e averbar na matrícula do imóvel as dívidas perante o município. Se dirigiu ao
228 Arquiteto Lucio Cavalcante Milhomem, discordando com a opinião deste, afirmando que
229 diminuir o perímetro urbano não é sinônimo de controle urbano. O arquiteto
230 EphimShluger colocou a necessidade de um guia para detectar as ilhas de calor existentes na
231 capital, colocando ainda sobre as ações tomadas pelo Prefeito de Palmas Carlos Amastha na
232 preocupação com o setor climático. Afirmou que a chamada dentro plano diretor para essa
233 questão deve ser factível e as ações devem ser tomadas de imediato, não para o
234 futuro. Voltando para o público, o participante Adilson fala sobre "regularizar o que é
235 irregular", falando sobre a certeza que a população tem de que serão regularizadas pela
236 Prefeitura após ocuparem área irregulares. Afirmou que depois da regularização do setor
237 Santo Amaro a ocupação irregular aumentou naquela região. Explicou sobre a importância do
238 lago, que este não deve ser visto somente como motivo de turismo, mas também para a
239 produção, citando a criação de peixes, que segundo este não está recebendo a devida atenção
240 da gestão. Joseisa Furtado, Arquiteta e Urbanista, parabenizou a Professora Marcia de Camargo
241 pelas colocações em sua palestra, e reiterou a fala do Presidente EphimShluger sobre a
242 preocupação climática. Afirmou que Palmas pode ser considerada ela própria uma ilha de calor
243 em meio a uma área rural. Colocou o desmatamento como um dos principais motivos para
244 essa situação. Outro participante que não se identificou ressaltou que a discussão está sendo
245 em torno principalmente do urbano e não está levando em consideração as áreas rurais, que
246 são as áreas produtoras. Saliu a diferença de investimento do poder público entre o
247 cidadão urbano e o rural, afirmando que são investidos R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) no
248 cidadão urbano e R\$ 1.000,00 (mil reais) no cidadão rural. Colocou que a população rural
249 também necessita de saneamento básico, citando a questão das fossas sépticas ou ecológicas
250 e o tratamento do lixo. A fala retornou para a mesa para que pudessem responder aos
251 questionamentos, iniciando pelo Arquiteto Lucio Cavalcante Milhomem, que colocou sobre a
252 redução do perímetro urbano de Palmas, citando que o Ministério das Cidades fez um trabalho
253 de análise dos dez anos do Estatuto das Cidades, onde Palmas foi destaque nesse assunto,
254 sendo que poucas cidades tiveram uma ação semelhante. Afirmou ainda que o mercado
255 imobiliário dinâmico é comprovadamente o que impulsiona a expansão de loteamentos, o que
256 é o caso de Palmas. Falou ainda sobre a existência de legislação, afirmando que o que falta é
257 estrutura de vontade de efetivar as ações. Falou sobre ações previstas para fiscalização e
258 punição a loteadores irregulares existentes na Lei 6766, mas que apesar disso em 27 anos de
259 nunca foi movida uma ação civil pública contra loteadores irregulares em Palmas. Explicou
260 sobre a diferença entre parcelas de terrenos e parcelamento. Em seguida EronBringel falou
261 sobre os refis realizados pela Prefeitura de Palmas, afirmando que a legislação permite a
262 averbação da dívida na matrícula do imóvel, e que, portanto a ação não é irregular. O
263 participante Fernando Resende rebateu afirmando que a ação é abusiva, pois o devedor fica
264 com o ônus da retirada da averbação após o pagamento da dívida. EronBringel continuou que
265 foi dado 100% de desconto nos juros e multas para que o devedor quitasse a dívida. Marcia de
266 Camargo tomou a palavra falando sobre a questão do meio ambiente anteriormente
267 discutida, falando sobre a degradação já existente nos córregos e olhos d'água no município de
268 Palmas. Colocou que as unidades de conservação somente têm o título de áreas de
269 preservação, não havendo legislação específica nem ação efetivada para essas áreas, não

Q. d. E.

Leici 333 CA

MA

CA

270 houve nenhum investimento nos últimos dez anos a respeito do parque Sussuapara. Palmas
271 teria que ter mais de um milhão de árvores, segundo exigência da ONU, mas está com deficit
272 de duas árvores por habitantes atualmente. Afirma que em Palmas temos a ilusão de que é
273 uma cidade verde, pois existem vários loteamentos ainda não ocupados. Citou como exemplo
274 o loteamento Alphaville que retirou todas as árvores de uma área muito grande que até então
275 não era ocupada e que agora se tornou um local quente. Falou sobre reflorestamento de áreas
276 degradadas, que este deve ser feito com árvores nativas, mas que em Palmas não encontra-se
277 onde comprar essas árvores. Citou um exemplo da "indústria verde" existente no estado do Rio
278 de Janeiro, onde uma empresa produz árvores nativas para fins de comercialização para
279 plantio. O plano somente será fortalecido quando ações muito simples forem
280 fomentadas. Valter Borges iniciou novamente as discussões do público, parabenizando a
281 palestra do Superintendente Eron Bringel, falando que a ação da Prefeitura de Palmas é legal,
282 mas questiona se é justa, fazendo menção ao protesto e averbação da dívida na matrícula do
283 imóvel feito pela prefeitura. Alegou que o proprietário não tem como saber no cartório o que
284 está sendo protestado, a não ser que se dirija até o setor de Cadastro Imobiliário da prefeitura
285 para ter essa informação. Falou ainda sobre o fato do proprietário arcar com os custos de uma
286 avaliação imobiliária para comprovar que o que está sendo cobrado pela prefeitura está além
287 do valor do imóvel, sendo que esse valor não é ressarcido pela Prefeitura ao cidadão mesmo
288 quando fica comprovada o equívoco da cobrança. Bazzoli, Representante da OAB, falou sobre o
289 IPTU estar sendo cobrado em quase 200% acima do valor real do imóvel, mostrando
290 preocupado com a situação. Sugeriu um levantamento técnico para sanar essa questão.
291 Afirmando que o IPTU progressivo não é instrumento de arrecadação e sim de planejamento e
292 que isso deve ser analisado. Sugeriu uma maior discussão sobre o perímetro urbano,
293 afirmando que a legislação atual traz todos os caminhos para resolver essa questão. Selma
294 Alencar, Engenheira Agrônoma, falou sobre a existência de loteamentos irregulares,
295 salientando suas ruas extremamente estreitas que não atendem a necessidades de quem a
296 utiliza. Afirma que a lei não proíbe registro de fração ideal em condomínio, que isso deve ser
297 discutido e que deve ser criado um setor de fiscalização efetiva sobre o assunto. Sugeriu
298 abertura de discussão de expansão do perímetro urbano, pois a pressão demográfica está
299 sendo grande e isso é importante para o futuro da cidade. Monica Avelino, Arquiteta e
300 Urbanista, falou da expansão urbana e afirmou que a ocupação irregular existe e precisa ser
301 revista. Reclamou que obras são embargadas nas margens da TO 050, mas que não existe
302 legislação para que se possa ser apresentado projeto aprovado da obra, como é requerido pela
303 fiscalização municipal. Pediu exemplo da Prefeitura de Palmas citando a retirada de água dos
304 córregos por caminhões da Prefeitura para regar os jardins da cidade. Falou sobre a questão
305 do aterro sanitário de Palmas que precisa de mais atenção por parte da Prefeitura. Reclamou
306 da empresa Odebresh, responsável pela concessão de água de Palmas, que tornou a coleta de
307 esgoto "caríssimas" e cobra retorno ao cidadão. Falou também das águas de piscina que estão
308 sendo jogadas no esgoto e que poderia ser reaproveitada, uma vez que Palmas tem proposta
309 de ser uma cidade sustentável. O participante Arnaldo Cardoso afirmou que o poder público
310 está pedindo participação da população, mas se mostra ausente pela falta de fiscalização e
311 legislação. Falou sobre os loteamentos em chácaras que são feitos por particulares e não
312 recebem projeto da prefeitura nem fiscalização. Sugeriu que os loteamentos para a população
313 devem ser feitos próximos à JK e não distantes para que não dependam do BRT para
314 locomoção, projeto que segundo o participante nunca será realidade. Chamou atenção para a

D. A. Est.

Fernando B. CA

1110

315 área a leste da TO 050 que esta sendo ocupada e já recebeu energia através da rede
316 distribuidora do município. O plano diretor tem que ser expandido, pois a área a leste da JK, a
317 margem da rodovia é mais estruturada que as margens do lago, bem como mais
318 arborizada. Lucio Cavalcante Milhomem colocou que em 2007 foi colocada uma realidade que
319 agora é bem diferente e que vários fatores serão revisados e discutidos com a população.
320 Afirmou que os instrumentos legais serão utilizados para desocupações necessárias e que a
321 discussão sobre expansão será discutida, levando em consideração os próximos dez anos,
322 afirmando ainda que não é uma discussão simples. A audiência foi encerrada às 17:32, quando
323 iniciou a leitura da Ata, encerrando às 18:15. Em seguida o Secretário José Messias de Souza
324 convidou os participantes presentes para assinar a Ata no dia 9 de junho de 2016, na
325 Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, localizada no sexto andar do Prédio da
326 Prefeitura na Avenida JK. José Messias encerrou as atividades às 18:17. Conforme a servidora
327 da Secretaria Municipal de Governo Fátima Brasileiro, uma das responsáveis pela organização
328 da audiência, foram registrados 199 participantes, sendo que a estimativa de presença é de
329 250, já que nem todos os participantes se cadastraram.

Matimachiana Brazileiro, Rosana submundis

Burgos, José Messias de Souza,

Paula Santos de Oliveira Maçaranduba, claudia garrota P. de Oliveira

Flávio José de Melo Maceu Vale, HERALDO SANTO NEVES,
Barbara de Medeiros, MVLBERT FUMBO ALI, Guilherme César de Melo Sena, Du

de Moraes, Juliana Manlik Costa, Nelson - Camargo

Daniela da Rocha Figuera, Tom Nutt, Lucio M.C. Pinto

Raony G.S. Monteiro, Inês Figueiredo Zanzi, Mônica Rodrigues
Mf Silva, ~~Flávio~~, ~~Herlinda~~

IAPURÉ OLSON - ~~Report~~

EPHIM SHLUGER: A.

Flávia de Aguiar do Nascimento.

Ana Carla R. dos Santos

Maná de Conceição P. de Melo.

DIÓGENES A. GOMES

Wesley B. Adami

~~Flávia~~

Raphael roqueira Pinho

FABIO FRANTE BORGES